



# Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM

## Belo Horizonte, ano 16, n. 57, jul./set. 2015

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Exercício da advocacia privada pelo advogado público: ponderação entre riscos e benefícios  
*Afrânio Carlos Moreira Thomaz*
- ◆ A judicialização da concessão de medicamentos: estudo da situação de Porto Alegre  
*Anderson Martins da Silveira*
- ◆ A defesa da preferência às pessoas com Transtorno do Espectro de Autismo ante a falta de procedimento  
*Antonio Baptista Gonçalves*
- ◆ Para além do conceito de “estabelecimento prestador”: critérios adicionais para determinação da competência tributária do imposto sobre serviços  
*Cristhian Denardi de Britto*
- ◆ Explorando o conceito de cidade  
*Flávio Rosendo dos Santos*
- ◆ Reflexos das disfunções do federalismo brasileiro na autonomia municipal  
*Graziela de Castro Lino, Rodrigo Silveira Diniz Machado*
- ◆ Das sanções da Lei Anticorrupção à luz da ponderação de interesses  
*Kleber Bispo dos Santos*
- ◆ Ouvidoria como ferramenta de gestão para o planejamento participativo  
*Mônica Maria Teixeira Coelho*
- ◆ A contabilidade forense como instrumento de controle e de investigações de crimes perpetrados contra o patrimônio público  
*Omar Pires Dias*

### Jurisprudência Seleccionada

#### Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**  
Constitucional – Inviolabilidade civil das opiniões, palavras e votos de vereadores – Proteção adicional à liberdade de expressão – Afastamento de reprimenda judicial por ofensas manifestadas no exercício do mandato e na circunscrição do município – Repercussão geral

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Agente político – Prefeito – Previdenciário – Segurado facultativo até a vigência da Lei nº 10.887/2004 – Ausência de recolhimento – Impossibilidade de reconhecimento da filiação – Inviabilidade de cômputo do tempo

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Repasse de verbas pela União – Restrição cadastral no CAUC e no SIAFI – Suspensão dos efeitos apenas quanto aos repasses que visem à execução de ações sociais ou em faixa de fronteira – Art. 26, da Lei nº 10.522/2002 – Abrangência do termo “ações sociais”

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Administrativo – Pedágio – Lei municipal – Isenção – Ofensa à separação dos Poderes – Inconstitucionalidade – Pedágio intramunicipal – Construção de via alternativa – Descabimento

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Ação civil pública – Dano ambiental – Área de preservação permanente – Expansão urbana – Área delimitada pelo município como de “expansão urbana” – Cobrança de IPTU – Observância obrigatória ao Código Florestal e Resoluções do CONAMA – Necessidade

**Ementário**

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Civil e Processual Civil
- ◆ Constitucional
- ◆ Contratos e Licitações Públicas
- ◆ Convênio
- ◆ Desapropriação
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Ocupação Urbana
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tombamento
- ◆ Tributário

**Tendências Jurisprudenciais**

- ◆ Administrativo